

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 3/XIII/ 2.^a SL

Aos 21 dias do mês de março de 2017, pelas 09:30 horas, efetuou-se a visita da Comissão de Saúde, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

09:30 Visita à Delegação Regional do INEM no Algarve (Faro)

11:30 Visita ao Centro de Medicina Física e de Reabilitação do Sul

09:30 - Visita à Delegação Regional do INEM no Algarve (Faro)

A Vice-Presidente da Comissão, Deputada Maria Antónia Almeida Santos, que chefiou a Delegação, cumprimentou os dirigentes do INEM que se deslocaram de Lisboa para Faro para os receberem e o cumprimento foi extensível a todos os profissionais do INEM. Sublinhou que os Deputados estão preocupados com as respostas em saúde que são dadas no Algarve e a emergência é fundamental.

O Presidente do INEM, Dr. Luís Meira, fez uma [apresentação](#) em *power point*, referindo que a Delegação Regional do INEM «coordena, no distrito de Faro, um conjunto de entidades que prestam assistência às vítimas de acidente ou doença súbita do Sistema Integrado de Emergência Médica (SIEM) e que são: INEM; PSP; GNR; Bombeiros e Cruz Vermelha». Deu conta dos dados da Delegação até 2012, altura em que encerrou, falou da reativação da Delegação Regional do INEM e dos atuais meios de emergência, bem como do reforço de capacidade de funcionamento do CODU Algarve. Referiu o acionamento dos meios de emergência ao longo de vários anos, informando, nomeadamente, que no verão de 2015 foram 204 e 183 fora do verão e que em 2016 foram respetivamente 231 e 191.



O Deputado José Carlos Barros agradeceu a informação, referindo que ficou surpreendido porque a procura nos picos de verão não é proporcional ao aumento da

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 3/XIII/ 2.^a SL

população, perguntando se é normal que isso aconteça e se os recursos humanos que o INEM dispõe são suficientes.

O Deputado Luís Graça registou como positiva a reabertura da Delegação Regional do INEM. Perguntou se os meios são suficientes porque, no dia anterior, numa reunião com autarcas, foi referida a falta de meios e a dificuldade em contratar médicos. Perguntou ainda se o INEM vai reforçar os meios no verão em função da procura.

O Deputado João Vasconcelos disse que ficou surpreendido pelo facto dos pedidos de emergência no verão não corresponderem ao aumento da população no mesmo período. Colocou questões sobre carreiras, horário de trabalho diferenciado e fardamento dos profissionais. Congratulou-se com o facto de estar afastada a hipótese da privatização dos serviços do INEM.

O Deputado Paulo Sá perguntou qual será a data para que a Delegação Regional do INEM seja realmente reativada e porque é que o CODU de Faro deixou de atender diretamente o 112. Houve uma redução do número de profissionais do CODU e o Centro de Apoio Psicológico e Intervenção em Crise (CAPIC) foi desativado, perguntando se está prevista a ativação deste Centro.

O Presidente do INEM respondeu às questões colocadas.

Seguiu-se uma visita às instalações do INEM, designadamente o CODU, assim como aos meios operacionais, ambulâncias e outros veículos.





COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 3/XIII/ 2.^a SL

A Delegação deslocou-se de seguida ao Centro de Medicina Física e de Reabilitação do Sul (CMFRS), em S. Brás de Alportel. A responsável pelo Centro, Dr.^a Arminda Lopes, fez uma [apresentação](#) em *power point* dando conta da produção do Centro, que é uma unidade especializada da rede de referenciação hospitalar de medicina física e de reabilitação do Serviço Nacional de Saúde, que iniciou a sua atividade em 2007 e tem uma capacidade de resposta para 600 mil habitantes, correspondente à área geográfica do Algarve e do Baixo Alentejo, embora esteja previsto que tem capacidade de resposta para toda a região a sul do Tejo. Apresentou as linhas de orientação estratégica, falou da equipa interdisciplinar e enfatizou a falta de profissionais que leva ao aumento dos tempos de espera das consultas, salientando que alguns utentes quando são atendidos já não estão em condições para internamento, o que em parte justifica haver camas desativadas. O modelo de tratamento é intenso e integral, trabalham todos os dias, com exceção do dia 25 de dezembro e do dia 1 de janeiro e a satisfação dos utentes é de 98%. Estão num período de transição há mais de 3 anos, aguardando a definição do CMFRS, que deve ser rápida para puderem trabalhar. Salientou que «*o que depende dela está sempre feito*».

A Vice-Presidente cumprimentou a responsável pela apresentação e pelos bons resultados dando a palavra aos Deputados.

O Deputado José Carlos Barros entende que é uma área que merece consensos. Disse conhecer a luta e o esforço dos profissionais e os problemas existentes. Parece que a solução gizada é a de integrar o Centro no futuro CHUA, mas mantendo a sua autonomia.

O Deputado Luís Graça reconhece que a anterior gestão do CMFRS funcionava bem, mas não há condições políticas para fazer uma parceria público privada. A decisão política está tomada e passa pela integração no futuro CHUA, mantendo a sua autonomia, esperando que em breve possa funcionar com a sua capacidade máxima.

O Deputado João Vasconcelos, que visitou o Centro há pouco tempo, está ciente das suas dificuldades e já questionou o Ministro. Defende que o Centro tenha uma gestão pública e que seja dotado dos meios técnicos e profissionais necessários.

A Deputada Teresa Caeiro agradeceu as informações e concordou que o problema tem de ser resolvido a bem dos utentes, só não percebe porque é que o modelo de gestão anterior, que funcionava bem, teve de ser mudado só porque era privado.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 3/XIII/ 2.^a SL

O Deputado Paulo Sá entende que o CMFRS deve ter uma gestão pública e ser dotado dos recursos humanos e materiais necessários para continuar a prestar um serviço de qualidade, que é reconhecido por todos. O PCP assume o compromisso de continuar a insistir junto do Governo para que esses objetivos sejam conseguidos.

O Presidente da Câmara agradeceu a visita da Comissão a uma Unidade de Saúde que tem uma importância vital para o concelho de S. Brás de Alportel, não lhe interessando se a gestão é pública ou privada, importando apenas que seja dotado dos meios necessários para continuar a prestar um serviço de qualidade.

O Presidente da ARS do Algarve está inteirado dos problemas do Centro e transmitiu a sua preocupação à tutela. A solução que está pensada para resolver a gestão do CMFRS será a de criar o Centro Hospitalar Universitário do Algarve (CHUA) integrando dois polos hospitalares, um polo de investigação ligado à Universidade e um polo especializado de medicina física e de reabilitação, que seria o CMFRS. Parece que neste quadro complexo, um CRI poderia funcionar de forma autónoma.

A Dr.^a Arminda Lopes agradeceu as questões.

A Vice-Presidente da Comissão agradeceu os esclarecimentos prestados, seguindo-se uma breve visita às instalações do Centro.

A reunião foi encerrada às 13:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 21 março 2017.

A VICE-PRESIDENTE

(Maria Antónia de Almeida Santos)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 3/XIII/ 2.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Luís Graça
Maria Antónia de Almeida Santos
Teresa Caeiro
António Eusébio
Cristóvão Norte
Jamilia Madeira
João Vasconcelos
José Carlos Barros
Paulo Sá